

Nota Pública

Construindo um Mapa de Caminho para a Transição Energética Justa, Planejada e Popular no Brasil

No último dia 8 de dezembro, foi publicado no Diário Oficial da União um [Despacho](#) do Presidente Lula, determinando a quatro ministérios (Minas e Energia, Fazenda, Meio Ambiente e Mudança do Clima e Casa Civil/PR) a preparação, no prazo de sessenta dias, de uma proposta de resolução a ser submetida ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), estabelecendo “**diretrizes para a elaboração do mapa do caminho para uma transição energética justa e planejada, com vistas à redução gradativa da dependência de combustíveis fósseis no País**”.

Saudamos com alegria e parabenizamos o governo brasileiro por esta iniciativa fundamental, e como organizações e redes da sociedade civil, manifestamos a nossa disposição para somar esforços nesse crucial desafio histórico - contribuindo com sugestões, conhecimentos técnicos, experiências práticas e força política para o seu sucesso.

Assim, destacamos inicialmente as seguintes considerações, tendo como base a [Carta Aberta: Transição Energética Justa e Popular: A presidência brasileira na COP 30 e a necessidade de liderar pelo exemplo](#)” encaminhada em setembro passado por mais de 50 entidades e redes e organizações da sociedade ao governo federal:¹

1. Articulação entre o Mapa do Caminho e o PLANTE/FONTE

Uma questão primordial é a articulação entre o processo de elaboração do Mapa do Caminho, conforme o Despacho do Presidente Lula, e o processo de elaboração do *Plano Nacional de Transição Energética (PLANTE)*, no marco da *Política Nacional de Transição Energética (PNTE)*, anunciados pelo Ministério de Minas e Energia (MME) em agosto de 2024.²

Entretanto, passado mais de um ano de seu anúncio, pouco se avançou na construção do PLANTE, tampouco na efetivação do Fórum Nacional de Transição Energética – FONTE, como espaço consultivo com participação de organizações da sociedade brasileira.³

A [primeira reunião do FONTE](#) ocorreu somente em 3 de novembro deste ano, às vésperas da COP 30. Uma minuta do PLANTE, elaborada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e disponibilizada ao FONTE, apresentou uma abordagem muito restrita sobre a redução da dependência em relação aos combustíveis fósseis, se limitando a questões como a substituição do petróleo por energias renováveis em sistemas isolados da Amazônia e a ampliação da produção de biocombustíveis para reduzir ou substituir o uso de combustíveis

¹ https://gt-infra.org.br/wp-content/uploads/2025/09/Carta-Aberta_-TEJPI-e-COP-30_220925.-pdf.pdf

² Resolução no. 05 de 26/08/2025 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, respaldada por Despacho do Presidente da República. <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/conselhos-e-comites/cnpe/resolucoes-do-cnpe/2024/RESOL5IN.PDF>

³ “A transição energética brasileira não vai à COP30” ClimaInfo, 27/08/2025
<https://climainfo.org.br/2025/08/27/a-transicao-energetica-brasileira-nao-vai-a-cop30/>

fósseis. Portanto, na etapa atual de elaboração do PLANTE, observa-se a falta de uma maior ambição na redução de combustíveis fósseis no país.

Enquanto isso, anúncios do Ministério de Minas e Energia seguem pela contramão, tais como investimentos vultosos na exploração de petróleo na Margem Equatorial, que apresentam fortes contradições com o Plano Clima.⁴ Entendemos que um mapa do caminho para a redução da dependência em relação a combustíveis fósseis não deve incluir o fomento a novos projetos de exploração de petróleo e gás. Além disso, deve ser priorizado o descomissionamento de projetos existentes em áreas de elevada sensibilidade socioambiental.

Assim, existe uma **necessidade urgente** de se incorporar à elaboração do PLANTE as diretrizes do Despacho Presidencial, referentes à elaboração de um mapa do caminho para uma transição energética justa e planejada, contemplando a redução gradativa da dependência de combustíveis fósseis. Além disso, é preciso que editais do MME e medidas legislativas, como alocações de recursos orçamentários e mudanças no marco regulatório, sigam efetivamente as orientações do Despacho Presidencial de 8/12/2025, da Política Nacional de Transição Energética e do Plano Clima.

2. Transparência e Participação Social

Entendemos que para a construção de um mapa do caminho para uma transição energética justa, planejada e popular seja de suma importância a adoção de *metodologias transparentes e participativas*, desde o início. Assim, é preciso que se garanta um forte engajamento da sociedade civil, com inclusão de povos indígenas e demais populações tradicionais, bem como movimentos e organizações sociais e a comunidade científica, sob critérios de gênero, diversidade cultural e geracional, além de ser um meio para garantir soluções robustas e criativas, adaptadas a realidades distintas nos diferentes territórios, respeitando os direitos de populações locais.

É preciso reconhecer que uma forte governança, com boas práticas de transparência e participação da sociedade civil, é essencial para a construção de planos robustos de transição energética justa, que não fiquem presos a interesses imediatistas de 'lobbies', como da indústria petroleira, evitando assim a proliferação de falsas soluções que impeçam a necessária ação e ambição climática.

Portanto, julgamos fundamental e solicitamos a **abertura de um canal de diálogo entre organizações da sociedade civil e os ministérios indicados no Despacho Presidencial**, através do qual a participação popular possa ser efetivada nesta construção. E para isso deixamos para resposta e contato os seguintes e-mails: contato.gtinfra@gmail.com e c.energiaparavida@gmail.com.

⁴ “Plano de energia aposta no atraso da transição energética brasileira”, Um Só Planeta, 20/08/2025, <https://umsoplaneta.globo.com/opiniao/colunas-e-blogs/gustavo-pinheiro/post/2025/08/plano-de-energia-aposta-no-atraso-da-transicao-energetica-brasileira.ghtml> Veja também: <https://petrobrasqueprecisamos.eco.br/>

3. Mecanismos de Financiamento da Transição Energética

A implementação de uma política nacional de transição energética justa e planejada, com vistas à redução gradativa da dependência de combustíveis fósseis, deve contar com mecanismos inovadores de financiamento e instrumentos econômicos, tais como:

- a *taxação de indústrias intensivas em utilização de combustíveis fósseis e emissoras de gases de efeito estufa*;
- *reformas entre instrumentos econômicos*, criando um marco robusto de incentivos fiscais e creditícios para a adoção de melhores práticas com devida diligência, assim como a remoção de incentivos perversos, a exemplo de subsídios à expansão da exploração de combustíveis fósseis; e
- *engajamento de instituições financeiras públicas multilaterais*, incluindo assistência técnica baseada em subvenções (grants);

Sobre a proposta do Despacho de 8 de dezembro de se criar um “Fundo para a Transição Energética”, cujo financiamento deverá ser custeado por parcela das receitas governamentais decorrentes da exploração de petróleo e gás natural”, entendemos que é preciso tomar cuidados para evitar a noção equivocada de que os planos de transição só podem ser implementados através de investimentos na expansão da exploração de combustíveis fósseis, bem como se evitar que o uso destas receitas sejam usadas como justificativa para a continuidade da exploração destas fontes.

Por fim, entendemos que a elaboração de um mapa do caminho para uma transição energética justa e planejada, deve ser entendida como uma **agenda positiva**, que traz novas oportunidades econômicas e bem-estar para populações locais, considerando a devida atenção para a adoção de **salvaguardas socioambientais**. Nesse sentido, a [Carta Aberta](#) apresentada em 23 de setembro passado, e que enviamos anexa novamente, traz uma série de princípios e diretrizes que podem ser aplicados tanto à elaboração do mapa do caminho no caso brasileiro, bem como aos esforços de cooperação da presidência brasileira da COP 30 junto a outros países signatários da Convenção do Clima.

17 de dezembro de 2025

Assinam este documento:

Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil - FNPE
Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental - FMCJS
GT Infraestrutura e Justiça Socioambiental
Comitê de Defesa da Vida Amazônica na Bacia do Rio Madeira - COMVIDA
Coletivo Indígena Mura de Porto Velho - COINMU
ClimaInfo
Instituto Madeira Vivo - IMV
Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC
International Rivers - Brasil